



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Casa de Epitácio Pessoa

ATA

---

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE  
DIREITOS HUMANOS E MINORIAS, DA 3ª  
SESSÃO LEGISLATIVA, DA 18ª LEGISLATURA,  
DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA  
PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 30 DE  
NOVEMBRO DE 2017.

Às dez horas e trinta minutos do dia trinta de novembro de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos Minorias para tratar sobre os temas de sua competência e deliberar sobre a pauta da mencionada Comissão. Sob a presidência do deputado Frei Anastácio e estando presentes os deputados João Gonçalves e Guilherme Almeida, havendo número regimental, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos. Ato contínuo, convidou o deputado João Gonçalves para secretariar os trabalhos, o qual procedeu à leitura do ato convocatório da presente Sessão e da justificativa de ausência do deputado Galego de Sousa. Em seguida, promoveu a leitura da Ata da 4ª Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de setembro de 2017; da Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada no dia 14 de junho de 2017; da Ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de maio de 2017. Postas em discussão e em votação, todas as atas foram aprovadas por unanimidade. Ato contínuo, o presidente iniciou a Ordem do Dia. Discussão e votação do parecer ao Veto nº 199/2017 do Governador do Estado, que veta totalmente o Projeto de Lei nº 1.230/2017, do deputado Jutay Meneses, que “dispõe sobre a instalação de itens de segurança e acessibilidade nas escadas, escadas rolantes, esteiras e rampas nos locais que especifica”. O relator deputado João Gonçalves proferiu parecer pela manutenção do veto, o qual foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação

do parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.475/2017, do deputado Caio Roberto, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de cobrar o mesmo valor de entrada, bem como qualquer tipo de consumação em eventos, boates e similares para homens e mulheres, sem fazer distinção de sexo, gênero ou identidade”. O relator deputado João Gonçalves proferiu parecer pela rejeição da proposição, o qual foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.531/2017, do deputado Adriano Galdino, que “dispõe sobre obrigações a serem atendidas no Estado da Paraíba por empresas e instituições bancárias que prestem o serviço de fornecimento e aluguel de máquinas ou leitores de cartão de crédito ou débito”. O relator deputado João Gonçalves proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.556/2017, do deputado Hervázio Bezerra, que “dispõe sobre a identificação dos preços nos produtos comercializados em estabelecimentos comerciais da Paraíba e dá outras providências”. O relator deputado João Gonçalves proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.586/2017, do deputado Ricardo Barbosa, que “dispõe sobre a proibição de corte do fornecimento de energia elétrica aos consumidores que utilizem equipamentos indispensáveis à preservação da vida que dependem de energia elétrica para o seu funcionamento, pela concessionária de energia elétrica do Estado da Paraíba, e dá outras providências”. O relator deputado João Gonçalves proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.589/2017, do deputado Caio Roberto, que “determina que as empresas prestadoras de serviço de internet apresentem ao consumidor, na fatura mensal, gráfico que informe a velocidade diária de envio e recebimento de dados entregues no mês”. O relator deputado João Gonçalves proferiu parecer pela rejeição da matéria. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.592/2017, do deputado Renato Gadelha, que “dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecedor de produtos ou serviços apresentar ao consumidor documento com os motivos de recusa ou restrição de crédito”. O relator deputado João Gonçalves proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.593/2017, do deputado Caio Roberto, que “assegura às pessoas com deficiência visual à adequação de condições para realização de provas em

concursos públicos”. O relator deputado João Gonçalves proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o presidente deputado Frei Anastácio deu por encerrada a presente Sessão. Lavrando a presente Ata, Evelin Elena Duarte Limeira, Assessor Técnico Legislativo, que depois de lida e aprovada, deverá ser rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, conforme dispõe o art. 60, do RI, desta Casa Legislativa. Sala das Sessões, João Pessoa, 30 de novembro de 2017.

Deputado Frei Anastácio

- Presidente -